

AEVO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis Individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

AEVO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas da
Aevo Tecnologia da Informação S.A.
Vitória -ES

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Aevo Tecnologia da Informação S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aevo Tecnologia da Informação S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a empresa de pequeno e médio porte (CPC-PME), conforme emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a empresa de pequeno e médio porte (CPC PME), conforme emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

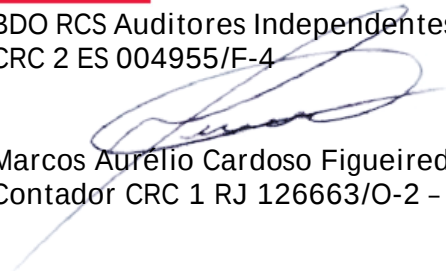


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, 23 de abril 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 ES 004955/F-4



Marcos Aurelio Cardoso Figueiredo
Contador CRC 1 RJ 126663/O-2 - S - ES

AEVO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.
(CNPJ: 08.606.340/0001-72)

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo					Passivo e patrimônio líquido				
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		2025	2024	2025			2025	2024	2025
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalente caixa	3	10.876.348	6.116.631	10.958.366	Fornecedores	9	173.301	201.117	232.467
Contas a receber	4	2.346.461	2.697.482	2.373.685	Obrigações sociais e trabalhistas	10	2.482.730	2.176.405	2.507.925
Impostos a recuperar	5	834.662	499.984	896.784	Obrigações tributárias	10	203.085	232.734	203.085
Outros ativos circulantes	6	1.345.078	1.084.705	1.400.218	Outros passivos circulantes	11	1.521.719	1.725.823	1.521.719
		15.402.549	10.398.801	15.629.052			4.380.836	4.336.079	4.465.196
Não circulante					Não circulante				
Imobilizado	8	377.475	368.711	392.103	Receitas Diferidas	13	2.511.829	-	2.511.829
Investimento	7	305.984	70.000	-			2.511.829	-	2.511.829
Diferido	20	-	-	149.214	Patrimônio líquido				
		683.459	438.711	541.317	Capital social	15	17.857.341	12.358.815	17.857.341
					Prejuízos acumulados		(8.663.998)	(5.857.382)	(8.663.998)
							9.193.344	6.501.433	9.193.344
Total do ativo					Total do passivo e patrimônio líquido				
		16.086.009	10.837.512	16.170.369			16.086.009	10.837.512	16.170.369

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AEVO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.
(CNPJ: 08.606.340/0001-72)

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		2025	2024	2025
Receita líquida de vendas	16	17.148.499	16.023.967	17.230.863
(-) Custo dos produtos vendidos	17	(4.310.316)	(3.325.725)	(5.016.694)
(=) Lucro bruto		12.838.183	12.698.242	12.214.169
(+) Despesas/receitas operacionais				
Despesas administrativas	18	(5.036.983)	(3.200.942)	(5.191.426)
Despesas com pessoal	18	(12.368.853)	(9.484.596)	(12.368.853)
Despesas tributárias		(51.534)	(22.246)	(51.534)
Outras receitas operacionais, líquidas		1.456.032	13.555	1.456.032
Outras despesas		(80.636)	(20.222)	(80.636)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		(3.243.792)	(16.209)	(4.022.249)
Resultado financeiro, líquido	19	1.046.888	526.554	967.791
Ganhos ou perdas com equivalência patrimonial	7	(708.340)	-	-
Despesas não operacionais		-	-	-
Receitas Não operacionais		-	-	-
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(2.905.244)	510.345	(3.054.458)
(-) Imposto de Renda		-	(79.985)	-
(-) Contribuição Social		-	(37.434)	-
(-) IR/CS diferidos		-	-	149.214
(-) Incentivos fiscais		-	-	-
(=) Prejuízo / Lucro líquido do exercício		(2.905.244)	392.926	(2.905.244)
Lucro/ prejuízo por ação		(160,56)	21,716	(160,56)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.				

AEVO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

(CNPJ: 08.606.340/0001-72)

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	(2.905.244)	392.926	(2.905.244)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(2.905.244)	392.926	(2.905.244)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AEVO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

(CNPJ: 08.606.340/0001-72)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Lucros/prejuízos (reapresentado)	Total	Participação de Acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12.358.815	(6.250.308)	6.108.507	-	6.108.507
Lucro do exercício	-	392.926	392.926	-	392.926
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12.358.815	(5.857.382)	6.501.433	-	6.501.433
Ajustes retrospectivo	-	98.629	98.629	-	98.629
Prejuízo do exercício	-	(2.905.244)	(2.905.244)	-	(2.905.244)
Aumento de capital	5.498.526	-	5.498.526	-	5.498.526
Saldos em 31 de dezembro de 2025	17.857.341	(8.663.997)	9.193.344	-	9.193.344

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AEVO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

(CNPJ: 08.606.340/0001-72)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
(=) Prejuízo / Lucro líquido do exercício	(2.905.244)	392.926	(2.905.244)
Itens que não afetam o caixa operacional			
Equivalência Patrimonial	619.449		619.449
Ajustes de Exercício Anterior	98.629		98.629
Depreciação e amortização	242.389	164.924	242.637
	(1.944.777)	557.850	(1.944.528)
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo			
Contas a receber	351.020	(1.421.493)	323.797
Impostos a recuperar	(334.678)	(172.555)	(600.868)
Outros ativos circulantes	(260.373)	505.006	545.241
Fornecedores	(27.816)	84.437	31.350
Obrigações sociais e trabalhistas	283.391	342.866	308.586
Obrigações tributárias	(6.715)	74.141	48.138
Outros passivos circulantes	(204.104)	994.841	(204.104)
Receita Diferida	2.511.829	(21.362)	2.511.829
Caixa líquido das atividades operacionais	2.312.555	385.882	2.963.969
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Resgate das aplicações financeiras restritas			
Aquisição de imobilizado	(251.154)	(68.514)	(266.029)
Outros investimentos	(855.434)	(35.000)	(1.474.883)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(1.106.587)	(103.514)	(1.740.911)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital	5.498.527	-	5.563.206
Caixa líquido das atividades de financiamentos	5.498.527	-	5.563.206
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.759.718	840.219	4.841.735
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.116.631	5.276.412	6.116.631
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.876.348	6.116.631	10.958.366
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.759.718	840.219	4.841.735

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

Fundada em janeiro de 2007, a AEVO Tecnologia da Informação é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída sob o CNPJ nº 08.606.340/0001-72 e está situada no município de Vitória/ES. Suas principais atividades são: (i) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis e customizáveis; (ii) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador sob encomenda; (iii) consultoria em tecnologia da informação e (iv) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. Possui controle completo da empresa AEVO B.V., sediada em Amsterdã, na Holanda, compondo 100% do capital social.

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): novo tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- Manutenção Restrita do IPI: o IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Impactos da Reforma Tributária

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (Bets).

Avaliação de impacto

A Companhia avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas conforme divulgado.

A Companhia vem conduzindo iniciativas para adequação de seus sistemas e processos às novas exigências decorrentes da implementação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), incluindo ajustes nos ambientes de emissão de documentos fiscais.

Conforme cronograma de implementação estabelecido pela Receita Federal do Brasil e demais órgãos reguladores, houve flexibilização quanto à obrigatoriedade de destaque dessas informações nos documentos fiscais durante o período inicial de transição, com prorrogação de prazos para adequação dos sistemas até 30 de abril de 2026, conforme atos normativos aplicáveis.

Até 31 de dezembro de 2025, a cidade de origem da Companhia, responsável pela disponibilização do ambiente de emissão de notas fiscais de serviços utilizado pela Companhia, encontrava-se em processo de atualização de seus sistemas, não tendo sido integralmente disponibilizadas, até aquela data, as funcionalidades necessárias ao destaque da CBS e do IBS nos ambientes de produção e homologação.

A Companhia mantém seus sistemas atualizados com base nas orientações e funcionalidades disponibilizadas até o momento e segue acompanhando a evolução da regulamentação e das plataformas governamentais, aguardando a disponibilização completa das funcionalidades pelos entes competentes para a plena adequação de seus processos.

A Companhia mantém controle dos termos de benefícios fiscais e têm ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação.

A Companhia reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções.

A Companhia não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora esperar impactos na geração de caixa e lucros futuros.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração da Companhia.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas pela Administração da Companhia, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis foram preparadas, de acordo com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

As demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração da Companhia em 23 de Abril de 2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos e passivos. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.5. Consolidação

A partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025, a Companhia passou a elaborar e apresentar suas demonstrações contábeis de forma consolidada, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A adoção da consolidação reflete a estrutura societária vigente, considerando o controle exercido pela Companhia sobre suas controladas, nos termos da regulamentação aplicável. Dessa forma, as demonstrações contábeis consolidadas passam a contemplar os ativos, passivos, receitas e despesas das entidades controladas, eliminando-se as transações e saldos entre as empresas do grupo.

Para fins comparativos, as informações relativas ao exercício anterior podem não ser diretamente comparáveis, em função da ausência de apresentação consolidada naquele período.

A Administração entende que a apresentação das demonstrações contábeis consolidadas proporciona maior transparência e melhor representação da posição patrimonial e financeira.

2.5.1. Controladas

Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

Transações *intercompany*, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Perdas não realizadas também são eliminadas a não ser que a transação possua evidências de perda de valor (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas foram modificadas onde necessário para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.5.2. Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

2.5.3. Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimento controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo, e o montante acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da coligada após a data de aquisição.

2.6. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma das empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.8. Instrumentos financeiros

2.8.1. Categorias

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os Instrumentos financeiros derivativos. Os saldos dos instrumentos derivativos não liquidados são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras e classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva, menos perdas por redução do valor recuperável. A Companhia não possui investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem quotas de fundos de investimento e títulos de dívida do governo. Nesta categoria são registrados os instrumentos que são mantidos por um período indefinido e que podem ser alienados para atender às necessidades de liquidez ou as mudanças nas condições de mercado.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 compreendem contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6).

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, no caso da Companhia, compreendem empréstimos e financiamentos e saldos a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros.

2.8.2. Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são registrados na demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como “Disponíveis para venda”, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, no resultado abrangente e no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

2.8.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.8.4. Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, e/ou, quando transferir os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos.

2.8.6. Método de juros efetivos

É utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.9. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.10. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.11. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “*impairment*”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias	4

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.12. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Sociedade e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 12.

2.14. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.15. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.16. Reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas de acordo com o CPC 47, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2022.

A receita é mensurada com base no valor da contraprestação a que a Companhia espera ter direito em troca da transferência de serviços ao cliente, líquida de impostos, devoluções, descontos comerciais, bonificações e outras deduções similares.

A receita é reconhecida quando (ou à medida que) a Companhia satisfaz as obrigações de desempenho estabelecidas em contrato, mediante a transferência do controle dos serviços ao cliente.

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas ao longo do tempo, conforme a prestação contínua dos serviços, ou em determinado momento, quando aplicável, de acordo com a natureza de cada contrato.

Receita recorrente

A receita recorrente compreende contratos de natureza continuada, incluindo: (i) assinatura de software, que permite aos clientes acesso contínuo à plataforma em sua versão mais atualizada; e (ii) serviços prestados de forma contínua ao longo do prazo contratual.

Receita não recorrente

A receita não recorrente refere-se a serviços pontuais, tais como: (i) implementação e integração de softwares; (ii) treinamentos; e (iii) serviços específicos de desenvolvimento sob demanda.

2.17. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas conforme o CPC 07, quando há razoável segurança de que a Companhia cumprirá as condições estabelecidas e de que os benefícios serão recebidos.

Os valores recebidos a título de subvenção são inicialmente reconhecidos no passivo, como receita diferida, e apropriados ao resultado de forma sistemática ao longo do período em que as despesas relacionadas são incorridas

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2025	2024	2025
BANCOS CONTA MOVIMENTO	6.542	182.063	88.560
	<u>6.542</u>	<u>182.063</u>	<u>88.560</u>
ITAU APLIC AUT MAIS	770.498	1.690.861	770.498
APLIC AUT RENDE FACIL BANCO DO BRASIL	3.502.339	-	3.502.339
APX INVEST - COTAS NO FUNDO PSEG	2.427.506	731.241	2.427.506
APX - BTG CDB PLUS FIRF CRPR	-	1.552.801	-
TRUST DI	2.260.658	843.608	2.260.658
SCHRO HG VINTAGE A	-	1.080.971	-
CONTAMAX BANCO SANTANDER BRASIL	302.452	35.086	302.452
HIGHGRADE	1.606.353	-	1.606.353
	<u>10.869.806</u>	<u>5.934.568</u>	<u>10.869.806</u>
TOTAL	<u>10.876.348</u>	<u>6.116.631</u>	<u>10.958.366</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

AEVO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

4. Contas a receber

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2025	2024	2025
CLIENTES NACIONAIS			
ENERGISA S/A	138.208	297.971	138.208
NESTLE BRASIL LTDA.	44.148	42.393	44.148
VOLKSWAGEN TRUCK BUS IND. E COM. DE VEIC. LTDA	150.085	-	150.085
COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO	12.284	12.284	12.284
OUTROS CLIENTES NACIONAIS	1.645.980	1.933.474	1.645.980
	1.990.705	2.286.122	1.990.705
CLIENTES INTERNACIONAIS			
MEO SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMEDIA	-	236.564	-
BIC BIZERTE	13.304	26.793	13.304
BIC - CUAUTITLAN	24.084	58.872	24.084
OUTROS CLIENTES INTERNACIONAIS	318.369	89.131	372.816
	355.757	411.360	382.980
TOTAL	2.346.461	2.697.482	2.373.685

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2025	2024	2025
A vencer	2.225.889	2.556.502	2.253.113
Vencidas até 90 dias	120.572	140.980	120.572
	2.346.461	2.697.482	2.373.685

5. Impostos a recuperar

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2025	2024	2025
Tributos retidos na fonte	26.287	20.040	88.409
Tributos federais pago a maior ou indevido	807.680	479.249	807.680
Juros sobre antecipações	695	695	695
	834.662	499.984	896.784

6. Outros ativos

a) Outros ativos circulantes:

Adiantamentos

Os adiantamentos referem-se a valores pagos antecipadamente a fornecedores e a funcionários, que serão apropriados ao resultado ou compensados no curso normal das operações.

Serviços a faturar

Os valores registrados em outros ativos circulantes referem-se, substancialmente, a receitas a faturar decorrentes de contratos com clientes, cujos serviços já foram parcialmente executados até a data-base das demonstrações financeiras, mas cujo faturamento ainda não ocorreu, em razão de condições contratuais específicas. Em 31 de dezembro de 2025, a composição das receitas a faturar é apresentada conforme abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2025	2024	2025
Adiantamentos			
Adiantamentos a funcionários	58.930	5.870	58.930
Adiantamentos a fornecedores	115.555	11.221	115.555
	<u>174.485</u>	<u>17.091</u>	<u>174.485</u>
Serviços a faturar			
Hypera S.A	14.500	17.000	14.500
Magna Cosma do Brasil	-	7.464	-
Nissan	-	9.968	-
Petrobras	99.830	62.469	99.830
Thyssenkrupp	-	-	-
Outros	1.047.501	963.448	1.102.641
	<u>1.161.831</u>	<u>1.060.349</u>	<u>1.216.971</u>
Despesas Exercício Seguinte	8.762	7.265	8.762
	<u>8.762</u>	<u>7.265</u>	<u>8.762</u>
	<u>1.345.078</u>	<u>1.084.705</u>	<u>1.400.218</u>

AEVO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

7. Investimentos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2025	2024	2025
Investimentos em controladas, coligadas e "joint ventures"	305.984	70.000	-
Ágio em subsidiárias	-	-	-
	305.984	70.000	-

Informações relevantes sobre os investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
Em controladas:						
AEVO INNOV. B.V.	100%	390.345	925.434	305.984	82.364	(619.449)

Ativo:

	Saldo em 31.12.2024	Adição (baixa)	Variação cambial (i)	Equivalência patrimonial Patrimônio líquido (ii)	Resultado exercício	Saldo em 31.12.2025
AEVO INNOV. B.V.	-	925.434	-	-	(619.449)	305.984
QUANTTAR		70.000 (70.000)	-	-	-	-
Total		70.000 855.434	-	-	(619.449)	305.984

Resultado:

	Saldo em 31.12.2024	Equivalência patrimonial Patrimônio líquido (ii)	Resultado exercício	Saldo em 31.12.2025
AEVO INNOV. B.V.	-	-	(619.449)	(619.449)
QUANTTAR	70.000		(88.891)	(88.891)
Total		-	(708.340)	(708.340)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

8. Imobilizado

A Companhia acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação dos ativos que compõe cada grupo são as seguintes:

Descrição - Controladora	Taxa (%)	Custo	Depreciação	2025	2024
Maquinas e Equipamentos	10,00%	19.612	(6.199)	13.413	8.839
Móveis e Utensílios	10,00%	126.103	(63.590)	62.513	66.527
Equipamentos de Informática	20,00%	1.097.351	(872.073)	225.278	155.543
Benfeitorias	23,07%	282.315	(206.043)	76.272	137.802
		1.525.380	(1.147.905)	377.475	368.711

Descrição - Consolidado	Taxa (%)	Custo	Depreciação	2025
Maquinas e Equipamentos	10,00%	19.612	(6.199)	13.413
Móveis e Utensílios	10,00%	140.979	(63.838)	77.141
Equipamentos de Informática	20,00%	1.097.351	(872.073)	225.278
Benfeitorias	23,07%	282.315	(206.043)	76.272
		1.540.256	(1.148.153)	392.103

Movimentação do ativo imobilizado:

Descrição - Controladora	Saldo 2024	Adições	Exclusões de Imob.	Depreciação	Exclusão de Depre.	Saldo 2025
Maquinas e Equipamentos	8.839	6.003	-	(1.429)	-	13.413
Móveis e Utensílios	66.527	8.232	-	(12.246)	-	62.513
Equipamentos de Informática	155.543	236.918	-	(167.184)	-	225.277
Benfeitorias	137.802	-	-	(61.530)	-	76.272
	368.711	251.153	-	(242.389)	-	377.475

Descrição - Consolidado	Saldo 2024	Adições	Exclusões de Imob.	Depreciação	Exclusão de Depre.	Saldo 2025
Maquinas e Equipamentos	8.839	6.003	-	(1.429)	-	13.413
Móveis e Utensílios	66.527	23.107	-	(12.493)	-	77.141
Equipamentos de Informática	155.543	236.918	-	(167.184)	-	225.277
Benfeitorias	137.802	-	-	(61.530)	-	76.272
	368.711	266.028	-	(242.636)	-	392.103

AEVO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

9. Fornecedores a pagar

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2025	2024	2025
WEWORK SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA	-	12.180	-
MAGAZINE LUIZA S/A	7.300	219	7.300
GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA.	15.463	3.545	15.463
FACEBOOK	3.076	8.741	3.076
TD SYNnex BRASIL LTDA	45.891	53.775	45.891
TAM LINHAS AEREAS S/A.	2.466	3.915	2.466
OUTROS	99.105	118.742	158.271
	<u>173.301</u>	<u>201.117</u>	<u>232.467</u>

10. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	2025	2024	2025
PIS	11.245	12.655	11.245
COFINS	53.121	58.866	53.121
Contribuição previdenciária desoneração	71.890	98.037	71.890
ISS	56.466	60.024	56.466
Retenções sobre serviços	10.364	3.152	10.364
	<u>203.085</u>	<u>232.734</u>	<u>203.085</u>

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2025	2024	2025
SALÁRIOS E ORDENADOS	512.801	440.190	512.801
RESCISÕES TRABALHISTAS	-	75.549	-
PENSÃO ALIMENTICIA	2.127	4.053	2.127
EMPRESTIMO FUNCIONARIOS	2.686	735	2.686
PRO-LABORE	144.042	70.458	144.042
FGTS	126.018	95.377	126.018
INSS A PAGAR FUNCIONÁRIOS	180.661	100.202	180.661
IRRF	327.394	232.570	348.466
PROVISÕES DE FÉRIAS E ENCARGOS	1.187.001	1.157.273	1.191.124
	<u>2.482.730</u>	<u>2.176.405</u>	<u>2.507.925</u>

11. Outros passivos circulantes

Os adiantamentos de clientes referem-se a valores recebidos antecipadamente, decorrentes de contratos cujas obrigações de desempenho ainda não foram integralmente satisfeitas na data-base das demonstrações financeiras.

Esses valores são reconhecidos como receita ao resultado de forma linear, ao longo do prazo contratual, à medida que os serviços são prestados, em conformidade com o CPC 47.

Os saldos estão classificados no passivo circulante em função da expectativa de reconhecimento da receita no curto prazo.

A Administração entende que o reconhecimento da receita ao longo do tempo reflete adequadamente a transferência contínua dos serviços aos clientes.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2025	2024	2025
ENERGISA S/A	202.426	287.649	202.426
MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA	-	21.000	-
ICONIC LUBRIFICANTES SA	-	22.627	-
TOLEDO DO BRASIL IND. DE BALANCAS LTDA	69.144	58.340	69.144
CELULOSE NIPO-BRASILEIRA S.A.	45.444	52.325	45.444
NOVO NORDISK FARMAC. DO BRASIL LTDA	-	-	-
VOLKSWAGEM DO BRASIL	-	-	-
OUTROS ADIANTAMENTOS	1.204.705	1.283.882	1.204.705
	<u>1.521.719</u>	<u>1.725.823</u>	<u>1.521.719</u>

12. Contingências

Em 31 de dezembro de 2025, a companhia possuía processo de natureza judicial, classificados como risco de perda possível, não foram provisionados na contabilidade e somam o valor de R\$ 21.450. O valor classificado com o risco possível de perda é apresentado no quadro a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2025	2024	2025
Judicial	<u>21.450</u>	<u>18.784</u>	<u>21.450</u>
	<u>21.450</u>	<u>18.784</u>	<u>21.450</u>

13. Receitas diferidas

A Companhia possui subvenção governamental na controladora concedida pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), no âmbito do contrato nº 03.25.0350.00, destinada ao desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica.

Os recursos estão sujeitos ao cumprimento de condições contratuais específicas, principalmente relacionadas à execução dos projetos aprovados, sendo reconhecidos conforme o CPC 07.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2025	2024	2025
Subvenções Governamentais - FINEP			
Saldo Inicial	-	-	-
(+) Subvenções recebidas	4.501.454	-	4.501.454
(-) Receita reconhecida no resultado	1.989.625	-	1.989.625
Saldo Final	2.511.829	-	2.511.829

15. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 17.857.341 (dezessete milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, trezentos e quarenta e um reais), dividido em 18.094 (dezoito mil e noventa e quatro) ações nominativas, sem valor nominal, das quais: (i) 11.526 (onze mil quinhentos e vinte e seis) são ações ordinárias, e (ii) 6.568 (seis mil quinhentos e sessenta e oito reais) são ações preferenciais classe A, conforme demonstrado a seguir:

CAPITAL SOCIAL	Quantidade de Ações	Valor nominal	Valor pago pelas ações	Classe
LUÍS FELIPE GOMES CARVALHO	11.526	11.526	11.526	ON
CRIATEC 3 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PART.	3.670	3.670	6.848.762	PNA -Classe A
FUNSES 1 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PART. MU	2.898	2.898	10.997.053	PNA -Classe A2
	18.094	18.094	17.857.341	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

16. Receita líquida

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos produtos vendidos é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2025	2024	2025
Receita bruta de Serviços e Vendas no País			
Receita com licenciamento	14.779.535	15.306.010	14.779.535
Receita Profissional Services - Desenv	201.443	418.998	201.443
Integração	80.232	89.990	80.232
Onboarding	56.594	176.976	56.594
Receita Profissional Services - Consult	2.279.344	1.636.744	2.279.344
Treinamentos - Aevo Boost	3.675	35.579	3.675
POC	-	33.702	-
	<u>17.400.823</u>	<u>17.697.999</u>	<u>17.400.823</u>
Receita bruta de Serviços e Vendas no Exterior			
Receita com licenciamento	1.169.126	265.511	1.251.490
Integração	11.257	13.847	11.257
Desenvolvimento	36.070	-	36.070
Onboarding	40.547	23.195	40.547
Receita Profissional Services - Consult	123.803	77.000	123.803
Treinamentos - Aevo Boost	69.813	-	69.813
	<u>1.450.616</u>	<u>379.552</u>	<u>1.532.980</u>
Deduções de vendas			
Impostos sobre vendas	(1.702.940)	(2.053.584)	(1.702.940)
	<u>(1.702.940)</u>	<u>(2.053.584)</u>	<u>(1.702.940)</u>
Receita líquida	<u>17.148.499</u>	<u>16.023.967</u>	<u>17.230.863</u>

17. Custos por natureza

Custos	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2025	2024	2025
Pessoal	3.101.922	2.583.267	3.436.299
Custos de infraestrutura	630.171	308.974	651.890
Outros Custos	578.223	433.484	928.506
	<u>4.310.316</u>	<u>3.325.725</u>	<u>5.016.694</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

18. Despesas por natureza

Despesas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2025	2024	2025
Serviços terceiros	778.929	319.719	778.929
Localização e funcionamento	483.000	360.617	484.956
Utilidades e Serviços	73.355	74.734	73.355
Despesas Gerais	1.397.073	668.697	1.549.312
Depreciações e amortizações	242.389	164.923	242.637
Despesas Comerciais	2.062.237	1.612.252	2.062.237
	<u>5.036.983</u>	<u>3.200.942</u>	<u>5.191.426</u>
Gastos com Pessoal	2025	2024	2025
	2025	2024	2025
Pessoal	10.536.325	8.276.913	10.536.325
Pro-labore	1.832.528	1.207.683	1.832.528
	<u>12.368.853</u>	<u>9.484.596</u>	<u>12.368.853</u>

19. Receitas e despesas financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2025	2024	2025
Receitas financeiras			
Variação Cambial Ativa	54.601	39.433	54.601
Ganho c/ aplic . Financeira	1.117.658	501.768	1.117.658
Juros e descontos obtidos	15.863	417	15.863
	<u>1.188.122</u>	<u>541.618</u>	<u>1.188.122</u>
Despesas financeiras			
Despesas com atualizações	(104.553)	(5.547)	(181.033)
Despesas bancárias	(36.681)	(9.517)	(39.298)
	<u>(141.234)</u>	<u>(15.064)</u>	<u>(220.331)</u>
	<u>1.046.888</u>	<u>526.554</u>	<u>967.791</u>

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias na controladora e nas controladas. Para determinadas controladas foi também reconhecido saldo de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa. Esses créditos são mantidos no ativo não circulante. Os valores são demonstrados a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2025	2024	2025
Imposto diferido	-	-	149.214
	-	-	149.214

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados em até cinco exercícios.

21. Seguros

A companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

22. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis da Empresa.